



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – SEMAM



LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA

Nº 004/2024

A Secretaria do Meio Ambiente – SEMAM, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3945 de 2016, Lei Complementar nº 57 de 2019, e Resolução CONSEMA nº 193 de 2022, com base no processo de licenciamento ambiental nº 35.573/2024 e parecer técnico nº 31/2024, concede a presente LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA à:

1. EMPREENDEDOR

Nome: FGN XIV Empreendimentos SPE Ltda.
Endereço: Avenida Brasil, nº 2260, Sala 05, Bairro Centro
CEP: 88.330-053 Município: Balneário Camboriú Estado: SC
CPF / CNPJ: 44.220.589/0001-09

2. PARA ATIVIDADE DE

Atividade principal: 71.11.07 – Condomínios de edifícios de uso misto (comercial, residencial, serviços).
Empreendimento: FGN XIV Empreendimentos SPE Ltda.
Porte: Grande
Potencial Poluidor Geral: M

3. LOCALIZADA EM

Endereço: Rua 600, nº 28, Bairro Centro
DIC: 41603
CEP: 88330-630 Município: Balneário Camboriú Estado: SC
Coordenada Plana (UTM - SIRGAS 2000): (X): 734532.54 – (Y): 7012632.34

4. DA VIABILIDADE E INSTALAÇÃO

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade locacional** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

5. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

- 5.1. Nome do Empreendimento: FGN XIV Empreendimentos SPE Ltda.
- 5.2. Zoneamento Urbano: ZACC-I-C
- 5.3. Área Total Construída: 51.112,66 m²
- 5.4. Número de unidades: 131 unidades residenciais e 32 unidades comerciais, totalizando 82 pavimentos + subsolo.
- 5.5. Necessidade de Supressão Vegetal: Não
- 5.6. Drenagem Pluvial: Atendido pela rede pública de drenagem ambiental
- 5.7. Efluentes Sanitários: Atendido pela rede pública de coleta e tratamento de esgoto
- 5.8. Resíduos Sólidos: Atendido pela empresa concessionária de coleta de resíduos sólidos do municípios
- 5.9. Abastecimento de Água: Atendido pela empresa de saneamento municipal

6. CONDIÇÕES GERAIS

- 6.1. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência da SEMAM.
- 6.2. A SEMAM, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
 - Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
 - A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
 - Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.
- 6.3. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.
- 6.4. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados à SEMAM no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

7. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

7.1. A Licença Ambiental Prévia aprova a localização e concepção da atividade, atestando sua viabilidade ambiental e contendo requisitos básicos a serem atendidos nas etapas de localização, instalação e operação, não autorizando qualquer intervenção na área objeto da licença.

7.2. Movimentações de terra para implantação do empreendimento somente poderão ser realizadas após a obtenção da Licença Ambiental de Instalação (LAI).

7.3. O empreendimento deverá prever sistema de reutilização das águas pluviais para fins não potáveis.

7.4. O projeto do empreendimento deverá prever a manutenção dos exemplares arbóreos existentes no passeio público, caso existam.

8. CONDIÇÕES PARA LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO

8.1. Deverá ser requerida a Licença Ambiental de Instalação – LAI, nos termos da Instrução Normativa nº 06 do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA, ou, no caso de existência de instrução normativa municipal, a documentação descrita nesta, durante o período de vigência da LAP, em conjunto com os seguintes documentos:

8.1.1. Projeto de Arborização Urbana com espécies predominantemente nativas, conforme Lei Municipal N° 4.868/2024, contendo, no mínimo, os itens a seguir. O projeto deverá ser executado e mantido pelo empreendedor por um período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses, com a apresentação de relatórios semestrais.

- Lista de espécies a serem utilizadas e número de indivíduos.
- Localização de cada exemplar a ser plantado.
- Justificativa técnica para o número de exemplares a serem plantados.
- Características das espécies: sistema radicular, altura máxima, deciduidade, entre outros.
- Especificações do plantio e da manutenção dos exemplares.
- Distanciamento dos locais de plantio em relação aos equipamentos e mobiliários urbanos.
- Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pela elaboração, execução e acompanhamento do projeto.

8.1.2. Programa de Gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil – PGRCC

8.1.3. Programa de Conscientização e Capacitação Ambiental (Fase de Instalação)

8.1.4. Programa de Monitoramento da Pressão Sonora

8.1.5. Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

8.1.6. Programa de Conscientização e Capacitação Ambiental (Fase de Operação)

8.1.7. Estudo Hidrogeológico contendo, minimamente, os seguintes itens:

- Caracterização da hidrogeologia local.
- Indicação do sentido do fluxo das águas subterrâneas por meio de mapa potenciômetro.
- Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pelos estudos.

8.1.8. Estudo Geofísico:

- Apresentação de Estudo Geofísico para a delimitação da cunha salina por meio de métodos geofísicos de eletrorresistividade por sondagens verticais elétricas e, quando o empreendimento tiver mais que 100 metros de comprimento, deverão ser feitos caminhamentos elétricos em arranjo dipolo-dipolo com linhas perpendiculares à costa. O estudo geofísico deverá especificar três níveis de qualidade de água distintos: água doce, água salobra e água salina. Será considerado o risco de salinização do aquífero quando o empreendimento atingir nível de água salobra.
- Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pelos estudos.

8.1.9. Projeto de Rebaixamento do Freático:

- Memorial descritivo e cronograma físico de execução.
- Tipo de rebaixamento do nível freático, se temporário ou permanente. Abordar a técnica a ser utilizada para o rebaixamento e a vazão para o máximo rebaixamento do nível freático.
- Delimitação da área que será afetada pelo rebaixamento no terreno e no entorno, considerando seus efeitos adversos sobre as construções próximas existentes. Deverá ser especificado o nível que ficará o subsolo e o nível máximo do rebaixamento freático.
- Determinação dos seguintes parâmetros hidrogeológicos: coeficiente de permeabilidade, coeficiente de armazenamento e transmissividade. Apresentar a metodologia para a obtenção dos resultados.
- Teste de bombeamento para determinação do nível dinâmico do lençol, com instalação de poços de bombeamento com piezômetro e determinação da taxa de recuperação da água.
- Planta do raio de influência do nível de rebaixamento do aquífero freático (cone de rebaixamento). Especificar e metodologia utilizada para cálculo do cone.
- Sugerir medidas para reaproveitamento da água extraída com o rebaixamento.
- Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pelos estudos e projetos.

8.1.10. Instalação de no mínimo um poço de monitoramento em ponto a jusante para a execução das análises químicas e controle da qualidade da água subterrânea. Apresentar Laudo de Análises Físico-químicas das águas subterrâneas, contemplando testes de salinidade (classificação de águas da Resolução CONAMA nº 357/05), cloretos (Resolução CONAMA nº 396/08), condutividade elétrica e sólidos totais dissolvidos. As análises deverão ser realizadas antes, durante e após o rebaixamento. Apresentar ART do profissional responsável pelos estudos e projetos.

PRAZO DE VALIDADE

48 (quarenta e oito) meses, a contar da data da assinatura.

Declaro que as informações constantes nesta Licença são verdadeiras e autênticas.

Balneário Camboriú,	3	julho	2024
Local	dia	Mês	Ano

Eduarda Montibeller Schuch
Secretária Interina de Meio Ambiente
Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú

OBSERVAÇÕES

- I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
- II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
- III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
- IV. Esta licença não autoriza a instalação do empreendimento.
- V. A Licença Ambiental de Instalação - LAI deve ser requerida antes do vencimento desta LAP.
- VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada a SEMAM sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade/empreendimento licenciado por este documento.